

EVENTO: Encerramento da gestão

DATA: 01/02/2024, 9H.

Excelentíssimas Magistradas e Excelentíssimos Magistrados, demais servidoras e servidores e público em geral,

Bom dia a todas e a todos,

Em 04 de fevereiro de 2022, neste salão nobre, o Poder Judiciário do Estado da Bahia renovou sua mesa diretora e, naquela ocasião, compromissos, ideais e projetos foram anunciados, revitalizando a convicção inspiradora inerente a todo recomeço em nossas vidas e em tudo que nos cerca.

De fato, as mais singelas expressões da natureza até os mais complexos paradigmas socioculturais existem por meio da sucessão de elos e fases que se entrelaçam e garantem oportunidades, transformação e desenvolvimento.

Então, como é próprio de nossa instituição, estamos hoje, reunidos aqui, após dois anos, para



a posse de uma nova mesa diretora do Poder Judiciário do Estado da Bahia, igualmente repleta de bons propósitos, engajamento, perspectivas e aspirações.

Assim, mais um marco relevante da história do Judiciário baiano está acontecendo. Para além dos registros fotográficos, das edificações, das esculturas e das publicações em diários, somos nós aqui, enquanto artífices da memória, que daremos sentido à trajetória da Justiça na Bahia.

Fazer justiça é um desafio de toda uma comunidade e para uma existência inteira. Paralelamente, administrar o Judiciário, uma fração indissolúvel da vontade soberana do povo, é assumir o sacerdócio de velar e guardar os mais caros e estáveis valores da sociedade, por meio de uma máquina administrativa de complexas partições e desafios inimagináveis.

Afinal, nascido Tribunal da Relação do Brasil em 1587 e instalado no ano de 1609, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é a mais antiga Corte de Justiça do continente americano.

Nesse macrointervalo, a atividade jurisdicional tornou-se baseada em princípios, orientada à

solução justa e útil de situações reais complexas e com morfologia plural dos conflitos levados ao Judiciário (moral, bioético, ambiental, de segurança pública etc.).

Essa noção de um Judiciário moderno e conceitualmente preciso abrange nossa diuturna preocupação com pessoas, com fluxos de trabalho, com tecnologias, com a gestão eficiente e sustentável, com as estatísticas e metas, com o caráter humanista da prestação jurisdicional célere, útil e tempestiva e o cuidado apurado com as técnicas de solução adequada de conflitos.

Neste ambiente de elevadas e variadas expectativas da sociedade em relação ao Judiciário, muitos avanços podem ser notados no biênio 2022-2024, de modo que precisamos celebrar o resultado de consideráveis iniciativas edificantes e o tempo se incumbirá de autenticar seu acerto para a posteridade.

Com efeito, para avançarmos, precisamos entender o estado em que nos encontramos e o que conquistamos até aqui, pois, inegavelmente, todos que vêm e que passam contribuem de alguma forma para nossa identidade.

A gestão do biênio 2022-2024 iniciou-se em um cenário de incertezas econômicas e ainda sob os efeitos da crise sanitária da covid-19.

Diante disto, foram estabelecidos os seguintes objetivos no Plano de Gestão do Biênio 2022-2024:

- Dirigir a organização de forma transparente, sistemática e científica;
- Resgatar a credibilidade do Tribunal de Justiça da Bahia;
- Fomentar a sinergia entre magistrados, servidores, colaboradores e parceiros da justiça;
- Inovar para melhoria da capacidade produtiva de toda a cadeia de valor, em especial à prestação jurisdicional;
- Racionalizar o uso dos recursos disponíveis;
- Transformar, digitalmente, a oferta de serviços e o suporte operacional a magistrados e servidores.

No conjunto desses objetivos, tenho a grata alegria de enumerar, de modo sintético, alguns proeminentes resultados a partir de quatro eixos.

PRIMEIRO EIXO: precisamos cuidar das pessoas que fazem a justiça acontecer.

Para tanto, 07 novos fóruns entregues e 2 estão em andamento, bem como 50 grandes reformas foram executadas. Em todas essas intervenções, foram adotados os padrões de sustentabilidade, de acessibilidade e de segurança, estabelecidos nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

100% das Comarcas baianas foram atendidas com novas instalações de links de internet, garantindo mais conectividade e 10 vezes mais velocidade de acesso.

Foram adquiridos mais de 12 mil novos computadores, investindo-se, igualmente, em 3.042 webcams, 1.000 notebooks, 278 scanners, 785 aparelhos celulares e 730 modems de dados.

O contrato de recepção foi ampliado para todas as Comarcas. Foram adquiridos e distribuídos de mais de 250 detectores de metal portáteis. Foram instaladas 15 usinas de energia solar.

E, dando um passo importante na busca por igualdade, inclusão e melhoria de políticas públicas, o TJBA realizou o primeiro censo da Justiça baiana que apresenta dados sobre gênero, escolaridade, raça/cor e formas de ingresso.

Afinal, desde que entramos no mercado de trabalho, passamos cerca de 1/3 de nossa vida trabalhando. Isto é, para o trabalhador, o ambiente de trabalho seguramente interfere na satisfação, na produtividade, no clima organizacional e na qualidade do tempo que levamos cumprindo nossas atividades profissionais no fórum. Assim, o fórum é uma segunda casa para nós.

O mesmo sentimento é compartilhado com toda a comunidade que, além de referenciar o fórum como um espaço de solução de questões jurídicas, também o considera como um lugar de cidadania e de justiça.

SEGUNDO EIXO: fazer justiça é servir pessoas.

Desta maneira, durante este biênio, foi concluída a digitalização de todo o acervo processual físico de 1º e 2º graus de jurisdição. Ao longo do projeto, foi movimentado o total de 724.627 processos e mais de 23 milhões de imagens foram virtualizadas e juntadas ao sistema PJe, possibilitando a tramitação exclusiva nessa Plataforma.

A digitalização dos processos resultou na melhoria da prestação jurisdicional, na maior qualidade de

trabalho de servidores e magistrados, assim como na eficiência da gestão pública.

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia lançou o Novo Portal TJBA, personalizado, funcional e inovador, que foca nas necessidades dos usuários, maximizando sua experiência.

Foram inauguradas 33 unidades do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos, em diversas Comarcas do Interior do Estado, materializando o sistema multiportas de acesso ao Judiciário, por meio do estímulo à conciliação e à mediação como instrumentos efetivos de pacificação social.

101 salas de depoimento especial foram instaladas nos fóruns, com o fornecimento de mobiliário específico e disponibilização da infraestrutura necessária. Este tema é uma pauta muito cara a toda a sociedade brasileira, pois todos nós somos responsáveis pela proteção de crianças e adolescente contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão. Essa proteção também deve ser viabilizada quando elas figuram na condição de vítima ou testemunha de situação de violência, o que se dá, inclusive, pela técnica de depoimento especial.

Mais de 200 salas passivas foram instaladas, para garantir que os chamados “excluídos digitais” possam efetivamente ter acesso ao Judiciário em seus novos tempos, sobretudo no Juízo 100% digital, em que atos processuais são exclusivamente praticados por meio eletrônico e remoto, mediante a rede mundial de computadores. Por esta iniciativa, já ultrapassamos 10 mil atendimentos!

Igualmente atento ao acesso à justiça, este Tribunal editou o primeiro Ato Normativo em Linguagem Simples, produziu um Podcast sobre o tema e lançou um Guia Prático para orientar os membros do TJBA sobre como escrever textos com clareza e brevidade, sem comprometer as informações essenciais. Durante todo o biênio, foram promovidos cursos, palestra e capacitações para uso da Linguagem Simples.

Foram implementados 26 pontos de Inclusão Digital em cidades baianas, que possibilitam realizar audiências e outros atos processuais de forma on-line, sem que os cidadãos precisem se deslocar até a sede da Comarca. É a garantia da cidadania para as pessoas em vulnerabilidade digital.

Outra importante iniciativa foi a realização de concurso público para provimento de 277 vagas dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário; processo seletivo para mais de 1.000 vagas de cadastro de reserva de Juiz Leigo e Conciliador. Foram abertas 275 novas vagas de estágio de pós-graduação, alcançando a entrância inicial, unidades com juízes substitutos, gabinetes do 2º grau e Varas de Juizados. Foram empossados: 15 desembargadores, 72 juízes de direito, 445 servidores efetivos, 180 juízes leigos e 191 conciliadores.

Foi instituído o Código de Ética dos servidores do PJBA. Foi criado o Órgão Especial para a maior celeridade dos processos, melhor prestação jurisdicional e fixação de precedentes.

Pela primeira vez na história deste Tribunal, foram veiculadas campanhas institucionais, nos grandes meios de comunicação com foco na prestação jurisdicional para o cidadão.

O Poder Judiciário da Bahia esteve presente na TV aberta (maiores emissoras), nas rádios da capital e do interior, em painéis de LED, em outdoors [AUT DORS], em metrô e em diversos sites de notícias, divulgando pautas positivas sobre o juízo 100% digital, a semana de conciliação e sobre

precatórios.

Precisamos avançar mais e sempre, destacando para nossa sociedade baiana as pautas positivas tencionando uma crescente afirmação de nossa credibilidade institucional.

TERCEIRO EIXO: a justiça edifica pontes entre pessoas, instituições e conhecimento.

Neste biênio, o Judiciário trilhou novos passos rumo ao aperfeiçoamento de sua missão constitucional, mediante cooperação com outras instituições que, igualmente, traduzem valores éticos e sociais da nossa comunidade.

Afinal, as instituições públicas não são ilhas, tampouco atuam de modo estanque. E foi justamente essa compreensão que ergueu pontes entre instituições, públicas ou privadas, a fim de potencializarmos nossas missões em favor do bem comum.

Foram assinados 98 Convênios, Acordos e Termos de Cooperação. Entre eles, destacam-se



os Acordos de Cooperação Técnica com o
Superior



Tribunal de Justiça (STJ): um deles para assegurar cotas às vítimas de violência doméstica e familiar em contratos de serviços contínuos; o outro, para a promoção de ações de garantias fundamentais.

A Ouvidoria Judicial foi elevada ao status de Mesa Diretora, reforçando nosso compromisso em ouvir a sociedade.

No mesmo tom, a Ouvidoria da Mulher foi inaugurada, visando, entre outros fins, a apoiar mulheres no âmbito do TJBA, quanto às questões que afetam o desenvolvimento profissional.

A Coordenação de Apoio ao Primeiro Grau foi criada em 2022, buscando aprimorar a interlocução entre o primeiro grau de jurisdição e a administração central, a partir de escuta qualificada, canal de informações e execução de variados e exitosos projetos.

A Presidência desta corte também foi ao encontro das pessoas nesta Bahia profunda, erigindo novas pontes e democratizando o acesso ao Judiciário. Foram visitas em mais de 60 Comarcas no Interior do Estado da Bahia, momento em que foram inaugurados Fóruns,



Salas Passivas de Videoconferência, Cejuscs e Salas de Depoimento



Especial e promovidas reuniões para ouvir magistrados, servidores, outros operadores do Direito e cidadãos.

Inaugurações estas, sempre acompanhadas pela Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende que, com sacrifício pessoal, trazia sua fé apostólica de defesa da inserção dos excluídos digitais, bem como pelo Desembargador Emílio Salomão Pinto Resedá e sua incansável batalha pela proteção das crianças e dos adolescentes. A primeira, coordenadora de apoio ao primeiro grau; o segundo, coordenador da infância e juventude deste Tribunal.

Por sua vez, quanto às pontes do saber, o TJBA sediou um evento internacional e diversos eventos nacionais de grande porte, concretizando a difusão de conhecimento, o acesso à informação, a preservação da memória e o debate frutífero entre as instituições e a sociedade.

Além disso, em 2023, este Tribunal sediou e promoveu eventos em celebração ao Centenário da Morte de Ruy Barbosa, com a participação de autoridades jurídicas brasileiras.

No ensejo, a cripta foi reformada e reinaugurada,

tendo sido prestadas homenagens cívicas, inclusive com a presença de ministros do Supremo Tribunal Federal, ministros de outros Tribunais superiores, desembargadores, juízes e outras autoridades.

Ademais, foram ofertadas 47.362 vagas para mais de 490 atividades de capacitação ao longo do biênio por meio da Universidade Corporativa Ministro Hermes de Lima (UNICORP), além da criação de fóruns temáticos permanentes para discussão empírica de questões contemporâneas transversais ao fazer judicante.

QUARTO EIXO: justiça que inova e se traduz em números e reconhecimento.

Novos tempos impõem novos desafios e, neste sentido, promoveu-se o investimento em tecnologia de inovação para alcançar cada vez mais qualidade, eficiência e agilidade no julgamento dos processos. Então, foram desenvolvidos e aperfeiçoados robôs de automação para triagem processual e remarcação de audiências; e o uso e aplicação de inteligência artificial como a Assistente Virtual Sofia, distribuída em larga escala.

Ilustrativamente, a utilização do Robô Haia proporcionou julgamento de mais de 130 mil processos nas unidades da Fazenda Pública. A otimização dessas ferramentas beneficia servidores e magistrados, facilita as rotinas diárias e impulsiona a produtividade.

Nessa mesma diretriz, foi implantado o alvará eletrônico em precatórios, com pagamento via PIX e foram efetuados mais de 1 bilhão e 600 milhões de reais em pagamentos de precatórios.

O eSocial e a nova Lei de licitações foram implantados, servindo de exemplo nacionalmente.

Foram criados a Secretaria Virtual para atuar no apoio remoto às unidades judiciais, alcançando o marco de 124.479 processos movimentados com auxílio a 56 unidades judiciárias; e os Núcleos de Justiça 4.0, para apoio na fase de sentença nas situações de descumprimento de meta nacional e de excesso de prazo para a prolação de sentença. Foi instalado o Plenário Virtual, ultrapassando-se a marca de 100 mil processos julgados através dessa plataforma.

No total das unidades judiciais, cerca de 3 milhões e meio de processos foram arquivados

definitivamente, sendo que, em 2023, alcançou-se a marca histórica de, aproximadamente, 2 milhões. Isto representa a eficiência do acesso à justiça, pelo seu complemento fundamental de encerramento e saída das lides judiciais.

Por tudo isto e mais que poderia ser dito, este Tribunal, no biênio 2022/2024 logrou:

- Bicampeonato no ranking da transparência entre todos os Tribunais do país;
- 1º lugar no Prêmio “Conciliar é legal” do CNJ, na categoria Tribunal;
- Selo Diamante no Programa Nacional da Transparência Pública 2023;
- Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2023, na categoria Justiça estadual;
- Primeiro lugar na categoria “Projetos - Inovação Tecnológica” do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial (J.EX), em 2023;
- 1º lugar entre os Tribunais Estaduais no 14º Prêmio CIEE e, pela terceira vez, logrou o 2º lugar entre todos os Tribunais concorrentes na categoria órgãos federais e tribunais;
- Entre outros.

Enfim, vencidos esses dois profícuos,
desafiadores e inesquecíveis anos, olhar para trás

e observar toda essa jornada semeada e frutificada é um alento para qualquer alma vocacionada ao trabalho esforçado e cotidiano.

Entretanto, eu quero, neste instante, olhar para frente, mirar cada uma das faces dos senhores e das senhoras e, nelas, projetadas a imagem de tantos conhecidos e anônimos, presentes e ausentes, que pavimentaram este caminho.

Por isso, enalteço a forma harmônica, comprometida e qualificada de servidores, servidoras, magistrados e magistradas que compõem o Judiciário, pois é deste modo que me sinto unido e convivo com todos aqueles que estão todos os dias no exercício de suas atribuições, recepcionando, atendendo e orientando os baianos e baianas, em seus conflitos e dilemas da vida.

Além disso, há a contribuição incansável do Ministério Público, da OAB, da AMAB, da Defensoria Pública - bastiões do Estado Democrático de Direito.

Registro, ainda, a importante relação de equilíbrio, respeito e cooperação entre Judiciário, Legislativo e Executivo, em todos os projetos desenvolvidos

em comum para garantir os direitos dos cidadãos.

De forma semelhante, a coesão e sinergia entre os competentes e admiráveis integrantes da mesa diretora, nomeadamente Des^a GARDÊNIA PEREIRA DUARTE, **1^a Vice-Presidente**; Des^a MÁRCIA BORGES FARIA, **2^a Vice-Presidente**; Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO, **Corregedor-Geral**; e Des. Edmilson **JATAHY** Fonseca **JÚNIOR**, Corregedor das Comarcas do Interior, proporcionaram um ambiente de auspiciosos e revolucionários resultados.

Para mais, os diversos agrupamentos (comissões, comitês e grupos de trabalho) em variados âmbitos de atuação, contribuíram para a especialidade temática de frentes de trabalho indispensáveis ao aperfeiçoamento do Judiciário.

Assinalo, ainda, com afeto, o resultado do labor incansável de uma equipe que se destacou pela alta qualificação e fidelidade à justiça, pela lealdade, energia e perseverança, dos servidores e juízes auxiliares que estiveram ao meu lado durante todo este percurso: Dr. Sadraque Rios, Dr. Icaro Matos, Dra. Rita Ramos, Franco Bahia, Tuany Andrade, Marcos Alcântara, Fabrício Nascimento, Janaína Castro, Ricardo Neri, Pedro

Vivas, Tatiany Ramalho, Coronel Paulo Cesar da Silveira, Cristiano Barreto e Moisés Queiroz – os senhores e as senhoras, com suas equipes de trabalho, são profissionais exemplares e integrais. Da mesma forma, minha equipe de gabinete, Vitória, Lilian, Mariana, Michele, Célia, Machado, Kelly, Samira e Luciana.

Com isto, destaco que é necessário ter amor pelo que se faz, nutrindo uma eterna motivação, um constante descobrimento da nossa missão, mas jamais nos percamos do amor pela família e na nossa fé.

Sim, minha família manteve-me firme e obstinado, acolhendo-me, zelando-me, compreendendo-me e apoiando-me em todos estes momentos. E foram muitos os momentos de prova de amor.

Então, querida Suzane, nada disso seria possível sem sua presença e tenacidade, ao lado de nosso amado filho Lucas, minha nora Mikele e, agora, do pequenino anjo, Isabelle, nosso novo projeto de felicidade.

Por conseguinte, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, presidente eleita do Poder

Judiciário do Estado da Bahia, desejo que vossa missão seja permeada de amor, prosperidade e importantes realizações, frente aos desafios que ainda persistem e os novos que virão.

Tenho a certeza de que o Tribunal, por meio de sua liderança, conjugada com os demais novos membros da mesa diretora, Desembargadores João Bôsco de Oliveira Seixas, José Alfredo Cerqueira da Silva, Roberto Maynard Frank e Pilar Célia Tobio de Claro, cujos predicados são reconhecidos publicamente, alcançará o diamante no Prêmio CNJ de qualidade.

E que subamos muitos novos degraus de nossa jornada institucional de progresso, pois, cada um que passa agrega seus pavimentos, tijolos, liames e amálgamas de projetos, ações e resultados benfajezos.

Finalmente, eu posso resumir tudo o que foi dito relembrando Mãe Stella de Oxóssi, quando de sua posse na Cadeira nº 33 da Academia de Letras da Bahia, afirmou: “Comprometer-se é obrigar-se a cumprir um pacto feito, tenha sido ele escrito ou não. O verbo obrigar, que tem origem no latim *obligare*, significa unir. Portanto, quando dizemos

um “muito obrigado”, estamos sugerindo a alguém que nos fez um favor que a ele estaremos ligados, em virtude do favor que nos foi prestado”.

Muito obrigado, então, aos meus colegas Desembargadores, aos juízes de primeiro grau, aos servidores, sindicatos, associações e colaboradores.

À história de nossas vidas e do Tribunal de Justiça da Bahia, portanto, dou-lhe esperança e gratidão.

Muito obrigado a todas e a todos.

